

Haroldo Gallo*

Materialidade & preservação: o suporte tangível e o tempo na preservação do patrimônio cultural

*

Haroldo Gallo é arquiteto, mestre, doutor e livre docente em arquitetura e urbanismo. É professor há 40 anos com experiências nacionais e internacionais. Pesquisador, tem artigos e livros publicados. Possui duas premiações internacionais em Bienais de arquitetura (2003 e 2005). Foi dirigente do IAB e do CREA.SP. Arquiteto atuante, dedicou-se às áreas de projeto de edificações, e à preservação e restauro. Foi Conselheiro de órgãos de Defesa do Patrimônio (CONDEPHAAT.SP) e Superintendente Regional do IPHAN na 9ª SR. Fez parte do "Advisory Board" da Florence University of the Arts - Firenze. É Professor Associado na UNICAMP, atuando nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Artes Visuais, graduação e pós-graduação e Chefe do Departamento de Artes Visuais - Instituto de Artes.

Resumo Este artigo, fundamenta-se na assertiva de que, genericamente, para conservar é preciso transformar, mas sem descaracterizar. Está centralizado nas relações que os materiais e a materialidade mantêm com a preservação. Trata do suporte tangível dos artefatos de natureza cultural e valor patrimonial, que tem a dimensão do tempo - relativo em sua essência -, como uma das principais referências e critério para a salvaguarda, preservação, conservação, bem como para as intervenções de restauro e reinserção desses artefatos na vida corrente. Parte da crescente presença, relevância e significado da questão patrimonial, bem como das extensões de suas bases conceituais e geográficas face às grandes transformações do ambiente humano, especialmente aquele edificado. Destaca as formas de relação e os sentimentos que se estabelecem com os artefatos culturais tangíveis e de suas dimensões monumentais e documentais. Identifica a prevalência e relativização do critério de autenticidade, contrabalançado pelo de identidade, e as expressões destes nas atuais recomendações fundantes da área. Defende uma postura de conservação ativa e imaginativa ao invés de nostálgica, como balizadora das ações de preservação sistemática do patrimônio para os bens formadores de memória e identidade das comunidades. Conclui que algumas coisas devem mudar ao longo do tempo, enquanto outras devem permanecer elas mesmas em sua substância e essência, apesar de transformadas.

Palavras chave Patrimônio cultural, preservação, materialidade, memória, identidade.

Materiality & preservation: the tangible support and the time in the cultural patrimony preservation

Abstract *This paper is founded on the certainty that, in general terms, in order to conserve it is necessary to transform, without depriving the artifact from its nature. It is centered on the relationships both materials and materiality keep with preservation. It addresses the tangible support of both cultural nature and heritage value artifacts, which possess the dimension of time – relative in its own nature/essence – as one of the main references and criteria for safeguard, preservation, conservation, as well as for restoration interventions and reintegration of these artifacts into daily life. The paper lays foundation in the increasing presence, relevance and meaning of the heritage issue, as well as the extensions of its conceptual and geographical basis before the great transformations of the human environment, especially the constructed one. It highlights the ways relationships and feelings are established with tangible cultural artifacts and their dimensions as monuments and documents. It identifies the prevalence and relativization of the criteria for authenticity, in comparison to identity, and their expressions in the current recommended fundamentals in the area. The paper defends an active and imaginative conservationist attitude, opposed to a nostalgic approach, as a beacon for actions of systematic preservation of the heritage artifacts which form the memory and identity of communities. It concludes that some things should change over time, whereas others should remain themselves in their substance and essence, in spite of having been transformed.*

Keywords *Cultural heritage, preservation, materiality, memory, identity.*

A formação de memória e identidade é temática de grande relevância na atualidade, considerando-se especialmente o mundo de relações globalizadas, com conexões extremamente velozes e com a presença de novas mídias, a alterar sensibilidades e comportamentos humanos, produzindo significativas mutações nos fenômenos de natureza cultural.

O crescimento populacional e a continuidade do processo de urbanização, de presença crescente entre nós desde a revolução industrial, e que se acentua nos dias atuais, promove concentrações urbanas e conurbações - quando grandes centros urbanos se coligam fisicamente -, estabelecendo uma continuidade territorial edificada. Nos espaços urbanos construídos os núcleos centrais se adensam pela atração econômica e pela presença de infraestrutura de suporte da vida. Toda essa dinâmica de transformações que a um só tempo intensifica o valor do solo urbano nesses núcleos centrais e /ou é por ele fomentada, promove uma intensa substituição e alteração da materialidade tanto do espaço edificado pré-existente quanto, pela pressão de expansão deste, daquele espaço natural com o qual esse espaço edificado urbano se relaciona e no qual se insere transformando-o. Aqui também o fenômeno da substituição e, para tanto, do aniquilamento ocorre, sendo extinta a vegetação e transformada a base topográfica natural pré-existentes.

Assim, o ambiente de vida do homem, especialmente aquele artificial por ele criado, vai rapidamente se alterando e transformando-se enquanto matéria, e/ou materiais, (e também impactando o ambiente natural), muitas vezes refazendo-se sobre si próprio em curto espaço de tempo, esse inferior a uma geração, produzindo um processo de homogeneização e equalização que, ao se realizar pela média daquilo que é igual, tendendo a sufocar e suprimir o que é desigual e diferente. As várias culturas humanas na era das massas e da globalização tendem, assim, a igualar-se e eliminar o diferente, tanto em suas ações e procedimentos quanto em sua materialidade. Uma das consequências desse processo é a perda do sentido de pertencimento a um lugar e a perda de identidade das comunidades.

Ocorre que o homem é um ser que, por essência, tende à diferenciação, mesmo em se considerando nossas características humanas comuns que nos distinguem como espécie. Não só nos diferenciamos uns dos outros pelas nossas aptidões, tendências e personalidades, mas produzimos ao longo de nossa história diferentes culturas que decorrem de inúmeros fatores diversos e que nos tornam ímpares, bem como nossos grupos se individualizam no tempo e no espaço. Daí nossa aspiração de liberdade, porque somos ímpares, e o desejo de aplicarmos nosso livre arbítrio na condução de nossas vidas.

Como não poderia ser de outra forma, os produtos, processos e fenômenos culturais decorrentes de nossas atividades e vida em conjunto são diferenciados entre si, constituindo aquilo que chamamos de “identidade” quando nos relacionamos por igualdades, aquilo que a um só tempo nos distingue, identifica e coliga.

Dos nossos processos culturais, nossos saberes e fazeres, resulta aquilo que denominamos patrimônio. Esse termo, de todo fundamentado e originado na economia, envolve diversas instâncias de significado que convém aclarar. Começarei pela ideia de valor. Valor é a qualidade pela qual uma coisa é estimada em maior ou menor grau, significando a importância que uma coisa tem para nós. Assim o patrimônio é algo e tem valor no sentido de constituir uma riqueza, não de ordem monetária ou financeira, mas na dimensão de um repertório cultural, algo produzido e construído pelos nossos específicos saberes e fazeres, constituindo assim um legado ou herança quando nossos antepassados, as gerações que nos antecederam, os deixam para nós e ao qual nós acrescentamos um outras partes decorrente do processo de nossas vidas. Assim sendo, esse patrimônio nos pertence individual e coletivamente, ou grupal e comunitariamente, porque esses legados são intrínsecos a determinadas comunidades. Como o próprio termo denota, a comunidade é um conjunto determinado de indivíduos humanos que compartilham aspectos em comum tais como, etnias, territórios, crenças, e que são fruto de um mesmo processo social, tendo assim uma história e uma herança compartilhadas.

O patrimônio também envolve o sentido de “pertencimento”, digamos assim, como um sentido de dupla mão, porque tanto nos pertence quanto nós o integramos. Pertencimento esse que é assim uma relação dialética no sentido em que nos transforma e é por nós transformado. Desta forma sentimos como nosso um bem de valor cultural legado pelos nossos antepassados, o qual estimamos e com o qual nos identificamos, e muitas vezes em torno de cuja materialidade agregamo-nos. Daí a ideia de identidade, coisas ou traços com os quais nos afinamos e que tomamos como referência. Aquilo que nos é caro, que estimamos, essas coisas que queremos conservar e não as queremos perder. Da existência desse sentimento nasce o princípio segundo o qual existe uma “propriedade coletiva” que, em certas circunstâncias, se sobrepõem à propriedade individual, e é esta a base legal de ação e a justificativa da salvaguarda e da preservação patrimonial.

A estima, sentimento positivo que nutrimos por algo, é um traço fundamental na questão do patrimônio cultural, e assim sendo, na formação de memória e identidade. Não há relação de pertencimento se não houver afetividade, o que vale dizer se não nutrimos um sentimento positivo que nos identifica e relaciona com algo. Nessa altura já é possível adiantar que só haverá sentido em conservarmos algo se por ele nutrimos alguma forma de sentimento positivo, bem como com ele mantivermos alguma forma de relação. Isso permite inferir que, se esses sentimentos podem ser interpretados pelos valores e significados que as coisas tem para nós, esses mesmo valores e significados não estão nas coisas per si, não sendo a elas intrínsecos: são eles resultados das relações que mantemos com as coisas, sendo assim variáveis com e para os indivíduos, comunidades, temporalidades e espacialidades.

O homem é um ser em constante transformação, e a história humana nos permite essa afirmação. As transformações da vida e as alterações

de nosso espaço físico, quando operamos sobre a materialidade, fazem com que os vínculos que estabelecemos com as coisas se dissolvam. Há assim uma gradual perda de vinculações tanto no sentido temporal quanto no físico espacial da matéria. Assim, a perda gradual de vinculações com uma época e com um contexto é própria das formulações humanas, conquanto sejam estas fixas, e a vida móvel e mutável. Novos tempos sempre trazem novas referências, mesmo quando se trata de nosso olhar sobre o passado estabelecido a partir do tempo presente. A questão da medida e da relação entre permanência e alteração torna-se, então, “fundante” de todo o universo da preservação. Nem é possível tudo transformar, porque perderíamos a identidade e o pertencimento, nem é possível preservar-se tudo, porque anularíamos a dinâmica natural da vida.

Sempre houve por parte das diversas civilizações e culturas um compromisso de encontrarem um modo comum de entender a necessidade de conservar a memória do passado e seus testemunhos, mesmo porque essa memória, além de sua dimensão local, constitui uma referência a todos os homens da terra. Os homens sempre se relacionaram com as heranças materiais ou não do passado, fazendo-o de formas diversas. Sempre objetivando alcançar um resultado comum a todos os seres humanos pela conservação da memória, cada uma das várias culturas definiram o quanto um artefato, aqui entendido em sua expressão de materialidade como suporte expressivo e significativo de determinado fenômeno, pertence às áreas como a arquitetura, as artes, e outras áreas ou à história. Quanto dele é matéria e quanto é forma, quanto ele se constitui como documento (no testemunho de alguma coisa), ou como monumento (na referência de alguma coisa), e que valores diferenciados ele possui, por tal modo que formaram-se referências e procedimentos diversos na relação e conservação desses artefatos para as diversas culturas.

Mas os documento e monumentos possuem condicionantes que é preciso esclarecer: em quais aspectos um monumento arquitetônico ou artístico se diferencia ou se iguala aos outros monumentos; quais são as relações entre monumento e tempo passado ou futuro; como se pode entender os princípios de autenticidade e identidade, além de outros similares; e como se pode definir a preservação, conservação e o restauro em relação a essas questões, e ainda, qual deva ser o grau de desenvolvimento da técnica e a natureza do projeto de restauro (entendido como forma de intervenção na pré-existência), num contexto específico, sempre visando o prolongamento da existência de algo, vale dizer, sua conservação.

Mas de nada adianta conservar aquilo sobre o que não se tem memória. E para que haja memória de alguma coisa é preciso que haja recordação no sentido literal do termo, sentido esse que abrange o conhecimento e apropriação de algo sobre o que se tem sentimento. Sem sentimento não há reconhecimento de algo como parte integrante e essencial a nós. Também não se pode conservar tudo, assim como não é possível recordar-se de tudo. Conservar significa viver no valor de uma linguagem, reusando-a, com todos os riscos de alteração daí derivados. Assim, devemos enfrentar o risco de reutilizar esses valores conservados e salvaguardados, o que significa também transformá-los pela e para a reutilização, sem o que não haverá

efetiva apropriação e também não haverá afetividade, como já dito, esse fator essencial da memória e do ato de conservar. Conservação sem apropriação de sentimento é conservação vazia e inútil. É conservação nostálgica que não forma os liames da identidade.

A memória, nesse sentido, deve ser ativa e imaginativa, pois só se justifica a continuidade da existência de um artefato quando se reestabelecem relações desse com a nova vida que flui, relações que, portanto, também serão novas, ainda que se reportem à pré-existência. Lembro que o passado é uma abstração só tornada concreta pelo presente. É preciso então que o patrimônio monumental seja transformado por forma criativa e também inovadora, de modo que essa nova relação acrescente valores novos àqueles já existentes. Destaco mais uma vez que a noção de preservação fundamenta-se na constituição da memória, sendo uma abordagem do passado a partir do presente e com vistas ao futuro. Essa ação humana de preservar e de fomentar memória tem assim uma forte dimensão temporal, estando sempre historicamente contextualizada.

Merece destaque o fato de que, para a salvaguarda e a preservação, a dimensão monumental - cujo fundamento é de natureza estética -, exige uma manutenção mais forte dos aspectos originais dos artefatos, enquanto que a dimensão documental - cujo fundamento é de natureza histórica -, permite uma maior flexibilidade desses aspectos originais.

A questão do tempo assume, então, o papel de forte referência estruturante no ato de preservar, assim como constitui uma das principais formas de existência da substância, da tangibilidade, da materialidade, do patrimônio histórico. Nessa medida, o tempo não é um conceito estático, mas noção que se move (ou modifica) com o desenrolar da vida, requerendo, então, revisões de conceituação para seu esclarecimento e atualização face às significativas mutações nos contextos históricos culturais próprios de determinadas épocas. A visão e significado dos fenômenos passados altera-se com o próprio tempo em que nos encontramos, sendo que tempos diferentes geram diferentes visões do passado.

Nossa época sofre um forte impacto da questão do tempo, e esse impacto constitui uma de suas principais peculiaridades, cujo aspecto mais significativo é a forte “velocidade” caracterizada pelos velocíssimos fluxos dos sistemas de comunicação derivados das alterações tecnológicas. Essa velocidade é hoje excepcional e constitui uma coisa nova, nunca antes existente e nos leva à sensação de “densificação” do tempo que o comprime num espaço que também se condensa e despersonaliza, como se pode observar nos sistemas que constituem a “internet”.

Esse quadro presente caracteriza uma inevitável oposição ao contexto histórico que envolve a preservação, esse constituído por dinâmicas muito mais lentas. No ambiente construído instala-se uma evidente não sincronia entre os ritmos lentos e estáticos para o patrimônio histórico (especialmente na sua dimensão de materialidade) e rápido e dinâmico para o processo vital (especialmente em suas dimensões intangíveis). O choque desses dois estratos temporais (tangibilidade e intangibilidade) determina uma nova realidade para o ser humano, na qual rápidas mudanças da matéria começam a pre-

valecer sobre o conteúdo, quando a imagem visual sobrepõe-se aos conceitos, o que se soma aos efeitos colaterais negativos do processo de globalização, especialmente as já citadas equalizações e simplificações.

Nesse quadro, a visualidade tende a assumir um papel prevalente sobre os conteúdos, em todos os sentidos. Essa prevalência da visualidade está ocasionando uma fragmentação da consciência humana pela perda da integridade na percepção do mundo circunstante. Todo esse processo de mudança na estrutura temporal, que determina a vida da sociedade e a vida da civilização urbana, tende a supervalorizar a dimensão visual de determinados artefatos em detrimento de seus conteúdos e significados, fomentando sua alteração superficial.

Contudo, cabe fixar que as ideias de tempo são várias e plurais. Estando longe de serem consensuais, essas ideias diferenciam-se para cada sistema religioso, cultural e social. O conceito, a mensuração e a percepção do tempo são aspectos, como já dito, variáveis e historicamente determinados.

A questão do tempo é globalmente abordada por forma diferenciada entre a ciência e a tecnologia e as ciências sociais. A chamada “tecnociência”, por seu específico método de abordagem da realidade, tem uma visão preponderantemente progressiva dos fatos e considera o passado como uma sequência de períodos obsoletos ao longo de uma trajetória em constante crescimento e em um “hipotético” progresso. Nele o novo tem sempre prevalência sobre o antigo. As ciências humanas, por sua vez, privilegiam o passado vivido como algo que é disponível para ser criticamente reintegrado ao presente. A consequência dessa abordagem está na diferente valoração do futuro. A maneira pela qual antecipamos esse futuro condiciona a medida do significado que o passado possa ter para nós e a gama de possibilidades que projetamos para o futuro, assim como o modo pelo qual os nossos antepassados projetavam o futuro determinou para nós a gama de possibilidades do presente. Assim sendo, devemos compreender a história não somente porque a fazemos, mas também pelo simples fato de que ela já foi feita. Nós pertencemos à história no sentido de que dela herdamos nossa experiência, base de uma situação que o passado criou para nós e que age à luz da nossa compreensão desse mesmo passado, independentemente da explicitação ou não dessa compreensão: estamos assim imersos na nossa história.

As artes, de maneira diversa dos demais artefatos humanos, se desenvolvem sem que suas transformações estejam enraizadas no ambiente vivencial das pessoas, e alcançam a sua maturidade trafegando por um período de tempo não especificado. Se as artes constituem círculos em sua realização, estes não se articulam de forma sequencial e linear. Mas a própria inserção imperceptível dos artefatos artísticos num ambiente culturalmente transformado significa que nem um passado de hipóteses, nem um futuro de realizações possuem a plenitude de força para o convencimento: uma vez que o progresso na ciência ou na arte se transforma em rotina, ele perde seu valor de novidade e com ele diminui sua potencialidade.

Isso nos remete ao caminho de uma cultura crítica que se auto convalesce pelo recurso de um jogo dialético que atravesse uma realidade historicamente determinada. Toda inovação é condicionada através de seus vínculos materiais por uma releitura auto consciente, por uma nova versão e por uma recordação da tradição, porque uma tradição só pode ser revitalizada (no sentido de dar vida ao que não tem) graças à renovação. Assim a dicotomia renovação e permanência constitui um paradoxo apenas aparente na ação de preservar. Me refiro aqui às transformações na materialidade que, para o prolongamento existencial desta, alterem a materialidade na medida de sua readequação à vida corrente, sem descaracterizações de sua essência. Não se pode, renovando para a vida, transformar a coisa em outra coisa.

Portanto, os conceitos e referências teóricas da preservação do patrimônio cultural são móveis e mutáveis no tempo, como de resto todo e qualquer fenômeno cultural. A consciência e percepção individual do ser humano - que são fatores decisivos para a continuidade das coisas no tempo - são também fenômenos mutáveis, e que têm sofrido alterações de monta, como aqui já se apontou. Cabe então questionar tanto a universalidade quanto a imutabilidade integral dos valores decorrentes das recomendações genéricas para a conservação, como o são aquelas oriundas das cartas preservacionistas, que nivelam e restringem a noção de monumento para diferentes culturas, religiões e sociedades, mesmo reconhecendo o importante papel referencial desses documentos.

A questão da abordagem do tempo é relativa em sua essência, e esse relativismo e variabilidade têm-se acentuado e aprofundado com as alterações e o aumento da abrangência das conceituações de patrimônio e preservação que ocorrem na atualidade. A atribuição de valor - fator central e “fundante” na questão da preservação -, é variável com o ponto de vista que se adote. Ainda que sejam rígidos e fixos os regulamentos e os controles sobre o processo de construção dos patrimônios e os “tombamentos” (instrumentos administrativos restritivos de declaração de valor dos artefatos), esses não anularam a dinâmica própria de recepção e apropriação dos bens tombados. Essa dinâmica atua no sentido da “mutabilidade de significação e valores” atribuídos em diferentes momentos históricos e no sentido da “multiplicidade de significações e valores” atribuídos por grupos diferenciados. A moderna concepção de história abrange a ideia de desenvolvimento, de evolução e afirma o valor específico de cada momento histórico. Por essa concepção novas áreas do conhecimento já nascem sob o signo da relatividade.

Visto que o tempo constitui-se de três dimensões - presente, passado e futuro -, as noções que embasam a questão do patrimônio cultural estão preponderantemente relacionadas a uma dessas dimensões. Mas essa preponderância não é excludente, permanecendo interfaces com as outras dimensões. Isso se pode observar pela vinculação de alguns atributos próprios da preservação cultural à sua referência temporal:

- ¶ **ao passado** - a eternidade, antiguidade, idade, destino, vida, patrimônio, história, memória, recordação tradição, continuidade, conservação, monumento, autenticidade, identidade, historicismo;
- ¶ **ao presente** - envelhecimento, morte, decadência, destruição, degradação, mutilação, esquecimento, simulação, adaptação, adequação, uso, fruição, apropriação, compartilhamento, agregação;
- ¶ **ao futuro** - mudança, modernidade, desenvolvimento, novidade, progresso, revitalização, reconstituição, reutilização, criação.

Esses atributos constituem noções centrais para que se estabeleçam as bases para os princípios teóricos da área de patrimônio, e para que se estabeleçam hierarquias nas ações de tutela e/ou intervenções, no sentido da maior rigidez ou flexibilidade, nos artefatos de valor patrimonial que, por sua vez, confluem para posturas preventivas e conservativas, para o restauro e para as reconstruções, determinando assim seus universos conceituais, metodológicos e tecnológicos. Quaisquer que sejam as noções referenciadas, ou em qualquer escala temporal, as características materiais dos bens patrimoniais desempenham um importante papel na interpretação tipológica, funcional e artística do artefato e no seu enquadramento histórico.

A preservação cultural sistemática é um fato recente na história humana, embora já constitua área distinta do saber e disponha de referencial conceitual e metodológico próprios. Com ela a cultura do restauro e da intervenção material na pré-existência construída e nos artefatos vem se intensificando, tornando-se mais complexas e alargando seus horizontes. Desde sua instalação como ação e saber distinto, o que se pode genericamente relacionar a dois fenômenos europeus que transformaram ambientes e artefatos humanos, a saber, as revoluções francesa e industrial, formaram-se conceitos fundantes que foram alargando suas abrangências e bases espaciais, no sentido da internacionalização e universalização.

Nascida no universo europeu, a preservação não poderia estar isenta da peculiar história e conseqüente base de herança material deste. No ambiente histórico europeu a “materialidade” caracterizada pela presença densa e forte da matéria tangível nos bens culturais é fator preponderante e hegemônico. Refiro-me aqui, apenas exemplificando, aos castelos, palácios, fortificações e templos que constituem esse ambiente edificado do homem e são sua herança cultural e seus fatores de identidade. É a forte presença da pedra com toda sua tangibilidade e densidade, que atua como referência patrimonial da cultura ocidental, em cuja existência a questão da “autenticidade” torna-se conceito hegemônico.

À medida que os horizontes geográficos da preservação se ampliaram, essa hegemonia da matéria e dos materiais cedem espaço para as dimensões intangíveis do patrimônio, ao mesmo tempo em que a expressão artística apresenta o fenômeno da desmaterialização em suas manifesta-

ções. Tanto as teorias fundantes do restauro quanto, na sua sucessão, as chamadas cartas patrimoniais da Unesco dão testemunho sistemático disto.

As teorias do restauro e da preservação, advenidas notadamente europeias na sua origem, desde a Carta de Atenas de 1931, passando pela de Veneza (1964) e todas as outras, têm dado prevalência às noções de autenticidade sobre aquela da identidade. A Conferência internacional de Nara (1994) veio estabelecer novas referências alargando horizontes, embora, ao mesmo tempo em que flexibiliza e estende critérios, num certo sentido confirma a prevalência da autenticidade e lhe dá continuidade.

Já em sua observação introdutória, o documento de Nara se refere “ao espírito generoso e à coragem intelectual das autoridades japonesas” em propiciar que se desafie o pensamento tradicional a respeito da conservação, e em promover um maior respeito em relação à diversidade do patrimônio cultural na prática da conservação, o constituiu um teste para a questão da autenticidade. Tendo partido da Carta de Veneza o documento desenvolveu, ampliou e alargou os conceitos nela contidos, especialmente aqueles que se referem à questão da autenticidade. Nela foram destacadas as forças da globalização e da homogeneização como fatores da contemporaneidade que dificultam a formação de identidade, apontados caminhos equivocados para alcançá-la como o nacionalismo agressivo e a supressão da cultura das minorias. Ela ainda evidenciou a principal contribuição desse conceito que tem sua função precípua na clarificação e iluminação da memória coletiva da humanidade.

Como consequência da incorporação do respeito à diversidade cultural dos patrimônios, reduziu-se e relativizou-se a participação do componente material dos artefatos na constituição da herança cultural. O documento da comunidade preservacionista entende que as culturas e sociedades estão arraigadas em formas e significados particulares de expressões tangíveis e intangíveis, estabelecendo uma participação maior para as manifestações patrimoniais ditas “imateriais”. Mesmo assim, o documento declara que a autenticidade é o principal fator de atribuição de valores, quer na dimensão de estudos, na declaração, no reconhecimento e nas inscrições, quer nas intervenções de conservação e restauro nos bens culturais, mesmo admitindo a flexibilidade e variação desses critérios. Como decorrência desta postura abandonam-se ou relativizam-se as interpretações de universalidade e imutabilidade dada à materialidade dos artefatos, admitindo-se interpretações diversas tanto por culturas diversas, quanto dentro de uma mesma cultura.

Harmonizando a ideia de “regionalização” com a questão da autenticidade, dentro do espírito de revisão e explicitação conceitual e normativa, os chamados países do Cone Sul da América redigiram sua específica interpretação da questão da autenticidade, expressa num documento denominado “Carta de Brasília”, de 1995. Essa interpretação ocorre a partir da realidade regional desses países, que parte da tradição recente desses povos cujas identidades foram comumente submetidas a mudanças, imposições e transformações e que geraram dois processos complementares e

distintos do panorama europeu: a configuração de uma cultura sincretista e o estabelecimento de uma cultura de resistência. A partir da premissa de que a imagem da realidade de uma sociedade é expressa através de bens tangíveis e intangíveis, fica contrabalanceado o enorme peso da materialidade no patrimônio cultural, mormente no caso europeu. Consta-se hoje que a operação cultural sempre se dá através de duas dimensões básicas - a identidade e a diferença - que moldam a cultura, compreendida como o conjunto das ações criativas de uma sociedade.

Assim, confluem aqui, numa referência atualizada, para a constatação da permanência da importância da densidade dos materiais nos fenômenos de ordem cultural de natureza patrimonial ao mesmo tempo em que a eles são somados outros fenômenos ou outras dimensões menos tangíveis, no sentido da chamada imaterialidade. Isso posto, a transformação, a criação e a invenção, crescem em importância nos fenômenos que objetivam o prolongamento existencial dos artefatos, constituintes das ações de preservação, conservação e restauro. Se de um lado a autenticidade, ou os valores de origem, devem prevalecer, aqueles que nos identificam com as coisas, chamados de identidade e que podem repousar na transformação também devem coexistir com aqueles.

A transformação é algo intrínseco à própria vida. Mesmo no âmbito mais restrito do artefato arquitetônico, para conservar é preciso intervir e muitas vezes transformar, pois o monumento nunca é uma coisa fixada em si mesma. Ele é coisa que se transforma no curso do tempo, nos processos de relação. Não existe obra de arquitetura do passado, por mais simples ou complexa que seja, que não contenha traços de uma contínua transformação e adaptação. Não existe um monumento que tenha percorrido tempos passados na sua integridade absoluta inicial, quer no desenho, quer na forma, quer na substância através da qual tenha sido originalmente concebido.

Mas torna-se oportuno resgatar aqui um princípio básico da área do restauro: aquele pelo qual um artefato restaurado, quer arqueológico, quer artístico, quer edificado, quer urbano, não pode se transformar numa outra coisa depois de haver sofrido uma intervenção. Assim como algumas coisas mudam ao longo do tempo, outras permanecem “elas mesmas” em sua substância e essência, apesar da transformação. Torna-se, então, inevitável basear as ações de conservação no paradoxo de que para preservar é preciso transformar, sem descaracterizar.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. **Storia dell'arte come storia della città** - Roma: Editori Riuniti, 1984.
- BRANDI, Cesare. **Il patrimônio insidiato: scritti sulla tutela del paesaggio e dell'arte** - Roma: Editori Riuniti, 2001.
- CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al restauro: teoría, storia, monumento** - Napoli: Liguori Editori, 1997.
- CESCHI, Carlo. **Teoria e storia del restauro** - Roma: Mario Bulzoni Editore, 1970.

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CRISTINELLI, Giuseppe e FORAMITTI, Vittorio. **Il restauro fra identità e autenticità**: atti della tavola rotonda “I principi fondativi del restauro architettonico”. Venezia: Marsilio Ed., 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro/Brasília, Editora UFRJ/MinC- Iphan, 2005.
- FRAMPTON, Kenneth. **Studies in Tectonic Culture**: The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture. Cambridge/Massachusetts, The MIT Press, 1995.
- GREGOTTI, Vittorio. **Identità e crisi dell'architettura europea**. Torino: Giulio Einaudi Ed., 1999.
- HENRY, John. **A Revolução científica**: as origens da ciência moderna. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), CURY, Isabelle, (org.) **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- MORI, Victor Hugo, GALLO, Haroldo (et. orgs.) **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: 9a SR IPHAN, 2006.
- MARCONI, Paolo. **Dal piccolo al grande restauro**: colore, struttura, architettura. Venezia: Marsilio Ed., 1988.
- MARCONI, Paolo. **Matéria e significato**: la questione del restauro architettonico. Roma: Editori Laterza, 2003.
- WHITROW, G. J. **O tempo na história**: Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.